

## ORDEM NO DISCURSO: SEXUALIDADE CENSURADA NA PROPAGANDA “DIA DAS NAMORADAS” DA DULOREN

Cleide Regina Rodrigues (IFRN/GEDUERN)  
cleide.r@uol.com.br

### Introdução

Propagandas interditas não são atitudes da atualidade. Muito pelo contrário, se remetermos aos anos setenta, por exemplo, período da ditadura militar<sup>1</sup> no Brasil, podemos constatar que a mídia (impressa e televisiva) e a arte (teatro, música, cinema) foram amplamente alvo de censura, de controle, de interdição. Discursos que abordassem política, sexo/sexualidade, família (divórcio) entre tantos outros, deviam passar pelo crivo dos militares em nome da moral, dos bons costumes, da preservação da ordem social.

Ordem implica poder, poder implica controle. E quem acha que tem poder não quer perdê-lo. Onde está a novidade? Não há novidade nisso. Desde o início da humanidade, o homem mantém relações uns com os outros permeadas pelo desejo de poder. Nessas relações, uma forma de se manter no poder é por meio do controle dos discursos.

Foucault, em sua aula inaugural no *Collège de France*, falou dessa relação entre discurso e poder. Ele deixou claro que controlando os discursos que circulam na sociedade, mantêm-se o poder; que discursos que vão contra a ordem vigente são excluídos, são interditados – consequentemente, nessas relações são também reveladas as posições que os sujeitos ocupam na sociedade.

O discurso da sexualidade, apesar do mundo pós-moderno, ainda é um tabu. Ele anda na contramão da ordem discursiva. Logo, o discurso da sexualidade presentes nas propagandas, muitas vezes, pode sofrer interdição – não mais pelos militares, pois estamos em outro momento histórico, obviamente –, mas por parte de instituições de caráter regulamentar (como o CONAR<sup>2</sup> e o Ministério Público) ou por parte de grupos não-institucionais como homossexuais, religiosos, feministas, entre outros.

Apesar de estarmos num momento histórico e cultural de democracia no qual prevalece a liberdade de expressão, a mídia ainda é alvo de censura e de interdições

---

<sup>1</sup> A ditadura militar no Brasil teve início no dia 1º de abril de 1964 depois de um golpe das Forças Armadas contra o então presidente do país, João Goulart. Esta época vai até o ano de 1985. Esse período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Disponível em <<http://www.suapesquisa.com/ditadura/>>

<sup>2</sup> O CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, constituído por publicitários e profissionais de outras áreas) é uma organização não-governamental encarregada de fazer valer o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária; sua missão inclui principalmente o atendimento a denúncias de consumidores, autoridades, associados ou formuladas pelos integrantes da própria diretoria. O CONAR não exerce censura prévia sobre peças publicitárias, já que se ocupa somente do que está sendo ou foi veiculado. Mantido pela contribuição das principais entidades da publicidade brasileira e seus filiados – anunciantes, agências e veículos –, tem sede na cidade de São Paulo e atua em todo o país. Disponível em <<http://www.conar.org.br/>>

(propagandas são questionadas e/ou retiradas de circulação). Isso nos chamou a atenção e nos levou a fazer os seguintes questionamentos: como atua a interdição, enquanto controle, nos discursos sobre a sexualidade na sociedade? E de que ordem são as interdições sobre os discursos da sexualidade?

Certamente, não temos a intenção de responder definitivamente às perguntas apontadas aqui. Mas, diante das considerações feitas, entendemos que trazer à tona, temas como poder, controle dos sujeitos e do discurso, sexualidade e ética, trará uma contribuição significativa para reflexões científicas sobre os valores morais que circulam no social, sobre as relações de poder na sociedade e sobre a construção do sujeito da sexualidade no espaço midiático na medida que no gênero propaganda ocorre tanto um trabalho de manutenção de valores como de deslocamento.

Desenvolvemos essa pesquisa, a partir de uma abordagem que utiliza uma metodologia analítico-interpretativa, com o intuito de *descrever/interpretar*<sup>3</sup> *como atua a interdição, enquanto controle, nos discursos sobre a sexualidade na sociedade e investigar de que ordem são as interdições dos discursos sobre a sexualidade*. Para tanto, dividimos o artigo em quatro pontos. No primeiro ponto faremos considerações sobre sexualidade e o sujeito moral, sobre ética; no segundo, faremos uma discussão sobre o poder que permeia o discurso e sobre a interdição como procedimento de controle; no terceiro, trataremos da dispersão do poder e, por fim, faremos uma análise da propaganda impressa<sup>4</sup> – *Dia das namoradas* – que faz parte da campanha publicitária<sup>5</sup> de 2010 da Duloren.

Queremos ressaltar que essa propaganda faz parte do *corpus* de nossa pesquisa de mestrado intitulada *ORDEM NO DISCURSO: GESTOS DE INTERDIÇÃO A PROPAGANDAS PERPASSADAS PELO DISCURSO DA SEXUALIDADE*. Esse corpus foi constituído de propagandas interditas. Nele identificamos, basicamente, três formas de interdição, a partir das quais, considerando suas particularidades, classificamos em: **a) interdição institucional prescritiva**: aquela em que a censura gera polêmica e, conseqüentemente, ocorre a retirada da propaganda de circulação dos lugares “reais” por decisão de uma instituição prescritiva (Ministério Público, CONAR); **b) interdição não-institucional**: aquela em que a censura gera polêmica e, conseqüentemente, ocorre a retirada da propaganda de circulação dos lugares “reais” por decisão da própria empresa que anuncia o produto, não havendo, assim, a participação de nenhuma instituição prescritiva na decisão; e, por fim, **c) interdição apenas polêmica**: aquela em que a censura gera polêmica, no entanto, não ocorre a retirada da propaganda de circulação dos lugares “reais”. A propaganda que

---

<sup>3</sup> Usamos o termo **descrever/interpretar** porque, como Pêcheux, estamos propondo que o gesto metodológico do analista do discurso deve ter ao mesmo tempo descrição e interpretação não se tratando de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento.

<sup>4</sup> **propaganda** é a mensagem divulgada em veículos de grande penetração (TV, rádio, revistas, jornais etc.) e patrocinada, isto é, paga por um anunciante que tem por objetivo criar ou reformar imagens ou referências na mente do consumidor, predispondo-o favoravelmente em relação ao produto, serviço ou empresa patrocinadora. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/books/dictionary/2130088-que-%C3%A9-propaganda/#ixzz1Y6uVdKJ7>>

<sup>5</sup> **Campanha publicitária** é o termo utilizado pelos profissionais da área de publicidade para explicar o conjunto de propagandas dentro de um único planejamento para um determinado anunciante. A principal característica de uma campanha publicitária é que, seja qual for o meio ou ação explorada, as propagandas que a constituem devem preservar uma identidade entre si, uma uniformidade tanto editorial (textos) quanto visual, para causar sinergia entre eles com objetivo de aumentar o impacto da campanha. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha\\_publicit%C3%A1ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_publicit%C3%A1ria)>

analisaremos nesse artigo sofreu interdição do tipo *apenas polêmica* uma vez que foi apenas censurada.

É necessário esclarecer que não entendemos censurar como sinônimo de interditar e vice-versa. Neste trabalho, *censurar* significa somente criticar, repreender, reprovar, demonstrar reprovação, não concordar, não aceitar, condenar; *interditar* quer dizer vetar, proibir, privar, suspender, retirar, impedir. Desse modo, o ato de interditar pode ser consequência de uma censura, mas ato de censurar não implica, necessariamente, uma interdição. Desse modo, falar de propagandas censuradas e interditas é falar de propagandas que além de terem sido criticadas, não aceitas, reprovadas, foram também proibidas, retiradas, suspensas, impedidas de continuar circulando. Falar de propagandas que foram apenas censuradas, estamos falando das propagandas que apesar de polêmicas, não aceitas, criticadas, reprovadas continuam sendo veiculadas.

Para nosso respaldo teórico, tomaremos, basicamente, as noções de poder, de sexualidade, de ética e de interdição nos estudos de Michel Foucault (1995, 2004, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2008 ).

## 1 A sexualidade como dispositivo e o sujeito moral

Considerando os comentários de Araújo (2001), Michel Foucault, em seus últimos escritos, volta-se para a experiência da sexualidade, região em que certos saberes, normas e formas de subjetividade permitem que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de uma “sexualidade”. Em *A Ordem do Discurso*, ele já afirmava que essa é uma região onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam. Na modernidade, as práticas de si, por meio das quais se constitui a subjetividade, não dispensam a ciência. Assim, conhecer a si mesmo implica passar pelas práticas psicanalíticas, pelas análises, pelas terapias que dizem respeito ao nosso íntimo ou pela nossa sexualidade.

Costumamos entender a sexualidade como uma pulsão ou instinto animal que a civilização domou ou que precisou punir, ou que foi exercida e regulada ao longo da história por diferentes mecanismos. Mas para Foucault, a sexualidade tem a marca histórica; não é um obscuro instinto ou pulsão biológica atemporal, um impulso que o poder sufoca e reprime ou que algum discurso ou saber possa liberar ou libertar. Esse tema “aparece em Foucault não como um discurso sobre a organização fisiológica do corpo, nem como um estudo do comportamento sexual, mas como o prolongamento de uma análise do poder.” (REVEL, 2005, p.80). Para ele, a sexualidade é um dispositivo histórico: imensa rede da superfície em que “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns nos outros segundo algumas grandes estratégias de saber e poder.” (FOUCAULT, 2007b, p. 116-117). Desse modo, o dispositivo da sexualidade é constituído por uma série de discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científico, proposições morais, filosóficas; é, enfim, um dispositivo sustentado por discursos, saberes e poderes.

Historicamente, a conduta sexual, que nem sempre foi motivo de proibição em todos os seus aspectos, sempre foi motivo de uma preocupação moral. A moral investida na conduta

sexual entre os gregos centra-se no bom uso dos prazeres; o ato sexual, para eles, é dotado de significações positivas: castigo e punição estão ausentes nessa perspectiva grega. Já entre os cristãos, a moral é rígida, autoritária, unificada, coerente; no lugar do prazer aparece a carne, *fruto proibido*, o ato sexual está associado ao mal e ao pecado. Desse modo, para tornar-se sujeito de seus atos será preciso submeter-se a princípios universais; entre eles, libertar-se da carne e do desejo. Começa aí a hermenêutica do sujeito de desejo que precisa decifrar sua verdade.

Esse sujeito, conforme Foucault (2006), tem acesso a si, se constitui, por meio de saberes, chamados por ele de “*jogos de verdade*”, isto é, técnicas para se compreender o que se é. As técnicas se referem ao caráter reflexivo e de análise que acompanha as práticas, são as táticas e as estratégias, ou seja, são os meios e os fins com que as práticas são utilizadas. Trata-se, conforme o autor, de um “jogo estratégico” onde a liberdade do sujeito é evidenciada.

Esse sujeito não tem consigo próprio o mesmo tipo de relação enquanto sujeito político e enquanto sujeito de uma sexualidade. Em cada relação que estabelece, se posicionará de uma forma diferente. Há, então, várias formas de sujeito conforme as relações que este estabelece com os diversos “jogos de verdade”. A constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito é o que interessa a Foucault. O objetivo de Foucault é criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos.

Esses modos de subjetivação são as práticas de constituição do sujeito. Essas práticas referem-se às formas de atividade sobre si mesmo. O autor se utiliza dos conceitos de “práticas de si”, “técnicas de si” e “cuidado de si”, extraídos da antiguidade grega, para analisar a forma pela qual o sujeito se constitui.

As “*práticas de si*” são definidas por Foucault como a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem, tendo um caráter sistemático e recorrente girando em torno da ética, do poder e do saber; as “*técnicas de si*” se referem ao caráter reflexivo e de análise que acompanha as práticas, são as táticas e as estratégias, ou seja, são os meios e os fins com que as práticas são utilizadas; o “*cuidado de si*” se constitui na maneira como se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, mesmo agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código moral.

Foucault diferencia código moral da moral referente ao sujeito moral, ou seja, diferencia códigos de comportamento das formas de subjetivação. O código moral seria “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. [...]” (FOUCAULT, 2007c, p.26). A moral, referente ao sujeito moral, seria

O comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores [...] (FOUCAULT, 2007c, p. 26).

Dessa forma, uma ação moral não se reduz apenas a um ato ou a uma série de atos que seguem uma regra, lei ou valor; mas toda ação moral implica, além de uma relação com o código a que se refere, uma relação consigo mesmo. Essa relação consigo mesmo não é apenas a consciência de si, mas a constituição de si, enquanto sujeito de uma moral, na qual o indivíduo se constitui objeto dessa prática e define sua posição a partir do que estabelece para si um modo de ser. Esse modo de ser valerá como realização moral dele mesmo. Assim,

Não há ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem “modos de subjetivação”, sem uma “ascética” ou sem “práticas de si” que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições. (FOUCAULT, 2007c, p. 28-29).

Desse modo, uma coisa são as regras de conduta, outra coisa é a maneira como esse indivíduo vai se constituir como sujeito moral que age conforme os elementos que prescrevem essas regras. Afinal, “dado um código de ação [...] existem diferentes maneiras de se ‘conduzir’ moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação.” (FOUCAULT, 2007c, p. 27). Assim, Foucault introduz o conceito de *ética*: “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral.” (op. cit., p.27).

Com isso, parafraseando Araújo (2001), Foucault nos mostra que o indivíduo imprime sua marca à prescrição, representada pelo dominar-se, provar-se ou transformar-se: estas são práticas de si, modos de subjetivação. Ele considera que as regras morais são pobres e repetitivas enquanto que a experiência moral se transforma. Daí, sua visão de que é na ética que há a elaboração de uma forma de relação consigo que possibilita ao indivíduo constituir-se como sujeito de uma conduta moral. Afinal, não se é sujeito de seus atos apenas reagindo a regras universais.

## 2 A temível materialidade do discurso e seu controle

Foucault em *A Ordem do Discurso* fala também da temível materialidade do discurso que produz verdade e forma sujeitos inscritos em formas regulamentadas de poder, ou melhor, a partir de discursos tomados como verdades, há um processo de imposição que constitui o sujeito, fazendo-o ser o que é. Consequentemente, o discurso está sujeito a muitas coerções: é selecionado e controlado com o intuito de afastar os perigos e dominar seu acontecimento aleatório e afastar sua temível materialidade. Foucault (2004, p. 10) ressalta:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; é visto que [...] o discurso não é simplesmente

aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Assim, os discursos suscitam o desejo de sua posse e são permeados de poder. A noção de que há poder no próprio discurso aparece na fala de Foucault quando afirma que

Em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservado de fato [...] a um grupo determinado de indivíduos; nas sociedades burguesas que conhecemos desde o século XVI, o discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo). (FOUCAULT, 2007a, p. 75).

Dessa forma, o discurso não é neutro ou puro, ele obedece a uma lei da raridade, na medida em que nem tudo é dito por todos, tornando-se, assim, alvo de disputa, de luta mesmo e não uma fonte inesgotável de interpretações, fruto da atitude exegética. O discurso aparece, enfim, “como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde a sua existência [...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta [...]” (FOUCAULT, op. cit., p. 136-137)

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2004, p. 8-9)

Consequentemente, os discursos não são produzidos de qualquer maneira, eles estão inscritos em uma ordem. Dessa forma, podemos dizer que há restrições no ato de falar, no ato de produzir enunciados; que há uma política de silenciamento daquilo que oferece perigo, que transgredir a norma. Então, é certo que em uma dada sociedade há procedimentos de controle da produção e circulação dos discursos.

Existem *procedimentos externos* que incidem sobre os discursos. Eles funcionam como sistemas de exclusão e revelam a relação do discurso com o poder. Conforme Foucault (1995), a exclusão está ligada ao gesto originário de separação sobre a qual se instala uma cultura, e se desenvolve através do tempo, indefinidamente se reproduzindo, por formas as mais diversas do que apenas as da repetição. Dentre os procedimentos de exclusão, o mais evidente e comum na nossa sociedade é o da *interdição*. No dizer foucaultiano:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. [...] Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política [...]. (FOUCAULT, 2004, p. 9).

Dessa forma, podemos dizer que os discursos produzidos na sociedade podem ser controlados, isto é, a sociedade dispõe de meios para monitorar a produção discursiva por temer seus efeitos. Logo, não podemos dizer qualquer coisa, a qualquer momento, em qualquer lugar, para qualquer pessoa, ou seja, a sociedade regula o objeto, a circunstância e o direito de falar dos discursos. Há um filtro do que pode ser dito: um “policiamento dos enunciados”. Queremos ressaltar que a interdição não tem como prioridade punir os desvios (aquilo que não está na ordem do discurso), mas corrigi-lo e, principalmente, preveni-lo.

### 3 O poder em Foucault: as relações de micropoderes

Foucault considera que, ao longo do tempo, nossa sociedade inventou aparelhos que regulam os indivíduos com o intuito de formar simultaneamente saberes e poderes controladores, cujo resultado é um sujeito disciplinado e manipulável. No entanto, vale ressaltar que esse controle não se dá apenas por meio de poderes maciços, usurpadores, dominadores centrados em “aparelhos ideológicos de estado”, mas por meio de micropoderes, uma vez que os sujeitos produzem seus discursos na sociedade dentro de relações permeadas pelo poder. Com isso, de maneira alguma, Foucault descarta os macropoderes (escola, exército, prisões, Estado, etc.) na medida em que os micropoderes os sustentam e multiplicam seus efeitos. Assim, para Foucault (2007b, p. 103), “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Afinal, “o poder não é algo que se adquira, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em a relações desiguais e móveis.” (op. cit., p. 104).

Desse modo, na análise foucaultiana, o Estado não é o centro único e preponderante das relações de poder. É preciso levar em consideração que o fenômeno da dominação, com as diversas relações de poder que lhe são imanentes, antecede o próprio Estado. Isso não significa dizer que Foucault desconsidera o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade; contudo, devemos partir das especificidades dos poderes, analisando como esses micropoderes (que possuem uma metodologia específica) relacionam-se com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho estatal.

Essa dispersão por meio dos micropoderes fica evidente quando Foucault (2007b, p. 103) diz: “O poder está em toda parte, não porque engloba tudo e sim porque provém de todos os lugares.” Uma sociedade sem relações de poder é uma abstração. A estrutura social, para o autor, é atravessada por múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um local específico, como um aparelho de Estado, mas que são imanentes ao corpo social. Dessa forma, ratificando o que fora dito, as relações de poder atingem a realidade mais concreta dos indivíduos e estão ao nível do próprio corpo social, perpassando nossas práticas cotidianas. Essa ideia é ratificada quando o autor argumenta:

O poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas

estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação.  
(FOUCAULT, 2008, p 183)

Para Foucault, o poder é como práticas ou relações de poder que se disseminam por todo corpo social, ou seja, o poder é uma relação de forças sendo a recíproca verdadeira. Esse tipo de poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos: seu corpo. Isso possibilita um controle minucioso dos corpos, dos gestos, dos comportamentos, dos hábitos, das atitudes, dos discursos. Enfim, inserido na vida cotidiana dos indivíduos, resulta em estratégias que se cristalizam no corpo social por completo.

#### 4 “Dia das Namoradas” Duloren: sexualidade censurada

A propaganda faz parte da campanha publicitária da *Duloren*, cujo slogan é “*Você não imagina do que uma Duloren é capaz*”. Essa propaganda foi veiculada no mês de junho de 2010, no site e nas redes sociais da *Duloren* (*facebook* e *twitter*), na mídia impressa (*outdoors*, revistas) e em material de pontos de venda. Ela está no grupo daquelas propagandas que consideramos ter sido alvo de uma *interdição apenas polêmica*, uma vez que foi censurada e gerou polêmica entre os diversos grupos sociais, mas não foi retirada de circulação dos lugares “reais”.



**Propaganda<sup>6</sup>. Dia das Namoradas**

Antes do pecado original, “o homem e sua mulher estavam nus, porém não sentiam vergonha.” (BÍBLIA SAGRADA, *Gênesis* 2:25,1990, p. 16). Consideremos, agora, segundo o relato bíblico no livro de *Gênesis* (3:6-8), o comportamento deles após o pecado original:

[...]6 Então a mulher [...] pegou o fruto e o comeu; depois o deu também ao marido que estava com ela, e também ele comeu. 7 Então abriram-se os olhos dos dois, e eles perceberam que estavam nus [...]. 8 Em seguida, eles ouviram Deus passando no jardim à brisa do dia. Então o homem e a mulher se esconderam da presença de Deus [...]. (BÍBLIA SAGRADA, *Gênesis* 3:6-8,1990, p. 16)

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.duloren.com.br/campanhas/index.php>>



Na propaganda da *Duloren*, podemos observar, de alguma maneira, o discurso publicitário atravessado pelo discurso religioso: as atitudes dos sujeitos na materialidade não-verbal nos remetem ao comportamento do casal bíblico. Numa versão contemporânea, o quarto é o espaço que sugere o paraíso; as duas mulheres, o casal que transgrediu a regra; o homem, o que assume a posição de Deus - não por ter os poderes do Criador, sua condição divina de onipotência, de onipresença e de onisciência, mas, porque a Deus se deve respeito, obediência. Numa sociedade predominantemente patriarcal e machista está cristalizada na memória social o discurso de que ao marido se deve respeito e “obediência”.

A grande vilã pela perda do paraíso foi Eva, a mulher que Deus fez para Adão. Na narrativa bíblica, quando Deus perguntou “por acaso você comeu da árvore da qual eu lhe tinha proibido de comer?” (BÍBLIA SAGRADA, *Gênesis* 3:11,1990, p. 16), a resposta de Adão foi “a mulher que me deste por companheira deu-me o fruto e eu comi.” (BÍBLIA SAGRADA, *Gênesis* 3:12,1990, p. 16). Ou seja, ele não tinha intenções de comer do fruto, mas foi tentado pela mulher que o seduziu e o fez se entregar aos desejos carnis. Ela é a mentora do pecado original e responsável pela perda do paraíso. Por isso, ao homem o bônus da complacência e a mulher o ônus da intolerância: no casamento, é mais aceitável a traição do homem do que a traição da mulher. Foucault (2007c) observa que em relação às formas tradicionais das relações conjugais, preza-se a fidelidade. Mas não se condena o homem se ele vier a ter relações sexuais fora do casamento. A fidelidade não é uma prescrição, mas uma opção do homem virtuoso.

A transgressão do homem e da mulher à lei de Deus coloca-os na condição de pecadores, uma vez que se renderam aos desejos da carne. Enquanto pecadores se envergonham diante de seu criador e sentem a necessidade de se cobrir, de se esconder.

Apesar de não ser observado, através das expressões faciais, nenhum sinal de arrependimento, a presença do marido naquele ambiente as faz tomar consciência de que a ordem moral havia sido perturbada: o olhar dele sugere censura à cena que presencia. Como no relato bíblico, uma tentativa de esconder a nudez é sugerida no momento em que uma toma o lençol e se cobre; a outra conduz o próprio braço para junto de si e cobre os seios. Esses gestos indicam a relação que os sujeitos éticos têm consigo mesmos diante de um código moral, nesse contexto, entendemos ser a moral cristã em que “o sexo e os prazeres passam a ser encarados [...] como um mal a ser evitado, circunscrito e vigiado.” (ARAÚJO, 2001, p. 145)

Nessa propaganda, ainda é possível observar que a cena sugere outra versão para a história do amante que se esconde no guarda-roupa no momento em que é surpreendido pelo marido que chega a casa; aqui, em vez de um homem, há uma mulher escondida no armário. O enunciado verbal “*Feliz Dia das Namoradas*” ratifica essa ideia e marca o discurso expresso no slogan “*Você não imagina do que uma Duloren é capaz*”.

Tomando esse contexto, se faz necessário lembrar que ao longo do tempo, conforme Beauvoir (1980), o casamento se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher: ele, na sociedade, sempre assumiu a posição de um indivíduo autônomo, completo, de provedor, de produtor (aquele que gerencia sua vida e a vida da mulher) e sua existência é justificada pelo trabalho que fornece à coletividade; ela, ao contrário, sempre assumiu a posição de reprodutora, de doméstica (dona de casa), daquela que é

economicamente dependente, que está subjugada ao marido. Essa posição na qual se confinou a mulher não lhe assegurou igual dignidade.

Beauvoir (1980) observa que essa forma tradicional de casamento vem sofrendo modificações – a independência financeira, a liberdade sexual, a autoafirmação no mercado de trabalho das mulheres, são alguns dos elementos responsáveis por essas modificações –; no entanto, à mulher casada, ainda cabe a posição de dependente e subjugada – mesmo quando ela se conduz com aparente liberdade. Desse modo, podemos dizer que ela está destinada a imoralidade porque a moral consiste para ela em encarnar uma entidade inumana: mulher forte, mãe admirável, mulher de bem que não sonha, não tem desejos, nem sensualidade, nem libido. Caso se constitua um sujeito ético a partir de um código moral diferente daquele que lhe é destinado (pensando, sonhando, desejando, agindo contrário à ordem social), é apontada como aquela que não atende o ideal masculino, logo é objetivada como desvirtuada, imoral, anormal e, conseqüentemente, é censurada, interdita, afinal não está dentro da ordem discursiva.

A mulher casada sugerida na propaganda vai de encontro ao ideal masculino, que pretende uma mulher “recatada”: aquela em que “toda sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo.” (FOUCAULT, 2007c, p.131). A cena sugere que a mulher na cama é casada e está traindo seu marido: a *lingerie* sensual (calcinha e meias pretas, cinta liga), a mulher escondida no armário, a expressão do homem de que fora surpreendido pela situação, são elementos que imprimem um clima de traição.

É necessário lembrar que a infidelidade (adultério) no casamento não é vista de maneira igual para homens e mulheres: para a mulher, a infidelidade é como uma infração que deve ser punida; para o marido a infidelidade não chega a ser uma infração, apenas uma fraqueza da carne. Nessa ordem moral, a categoria de fidelidade recíproca não é válida: a mulher pertence ao marido, este só pertence a si mesmo, conforme Foucault (2007c).

No enunciado (comentário de um internauta que censurou a propaganda) “*a mulher que tem um “marido” não é pra ter amante... pior uma amante mulher. Vamos combinar que a mulher que faz isso é safada e traíra, duas vezes né? Se a gente pensar bem a traição do homem é diferente.*”<sup>7</sup>, imprime o discurso de que ao homem é “aceitável” ser infiel no casamento, mas à mulher não. Dessa forma, a fidelidade para o homem é uma opção, para a mulher um dever, obrigação; para a mulher, o não cumprimento desse dever a coloca na posição de vilã: “*a mulher que faz isso é safada e traíra, duas vezes né?*” – Certamente os termos *safada* e *traíra* não são qualidades da “boa moça”. Elas sugerem censura e segrega a mulher à condição de pecadora.

Além da infidelidade feminina no casamento, a “bissexualidade” atravessa o discurso publicitário: no armário, em vez de um homem na posição de amante, temos uma mulher assumindo essa posição. É necessário explicar que, para os gregos, a prática da bissexualidade não são duas espécies de “desejos”, “duas pulsões” diferentes ou concorrentes compartilhando seus apetites. Essa prática é uma livre escolha que eles se davam entre os dois sexos. Essa possibilidade não era vista por eles como uma estrutura dupla ambivalente e bissexual do

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://publicidadeemfoco.wordpress.com/2010/05/29/duloren-sai-do-armario/>>

desejo. Aos olhos deles, desejar um homem ou uma mulher era unicamente um desejo natural por aqueles que eram belos, independente de seu sexo, Foucault (2007c). Desse modo, não há uma escolha excludente: o amor a seu próprio sexo ou o amor pelo sexo oposto, ou seja, ser homossexual ou heterossexual como se fossem dois tipos de comportamentos radicalmente diferentes.

No enunciado “*a mulher que tem um “marido” não é pra ter amante... pior uma amante mulher*”, diferente do entendimento grego, a bissexualidade é encarada como um comportamento anormal. A infidelidade provoca, explicitamente, um efeito de sentido, no sujeito, de censura, mas a infidelidade associada à bissexualidade provoca um efeito mais significativo, expresso no emprego do superlativo *pior*: há uma repulsa evidente por ser uma prática que sai da “normalidade”. “Temos tendência hoje em dia a pensar que as práticas de prazer, quando ocorrem entre dois parceiros do mesmo sexo, implica um desejo cuja estrutura é particular.” Foucault (2007c, p. 171).

Particular é não fazer parte da ordem social; não fazer parte da ordem sai da “normalidade”; logo é intolerável, se é intolerável se quer escondido, separado, oculto ou sob controle. Desse modo, a prática sexual que está dentro da normalidade, que não perturba a ordem nem a relação de si para consigo é aquela em que seu lugar por excelência é o casamento no qual ela é controlada – somente relações hetero, por exemplo, como forma de controle –, mas não é considerada um mal.

A interdição ao discurso da sexualidade que perpassa essa propaganda sugere uma ética pautada no código moral cristão. Diferentemente dos gregos, que dotaram significações positivas ao sexo, o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte. Assim, a interdição faz parte de um processo de produção de modos de vivenciar, interpretar e definir a sexualidade.

## Conclusão

Este trabalho possibilitou-nos uma compreensão teórica das formas de exercício do poder que regulam os discursos na sociedade e uma reflexão sobre o gesto de interditar os discursos que perturbam a ordem. Constatamos ainda que os discursos produzidos na sociedade têm suas regras de aparição e suas condições de apropriação e de realizações: nem tudo pode ser dito por todos, não dizemos o que queremos a qualquer hora, a qualquer pessoa, em qualquer lugar. O discurso é alvo de disputa, de desejo de sua posse; nele há poder, logo sua produção é controlada por se temer seus efeitos. Observamos que existe uma ordem na produção dos discursos que circulam na sociedade: qualquer produção que vá de encontro a essa ordem, é passível de interdição. Entendemos, assim, que existe um sistema de poder que proíbe, que invalida discursos que vão de encontro a ordem discursiva.

O poder não é uma entidade coerente, unitária e estável, mas trata-se de relações de poder que se utilizam de técnicas e métodos diferentes: de acordo com a época e os níveis. Outro ponto relevante é que nessas relações de poder não há uma dominação incisiva, o que há são enfrentamentos. Dessa forma, essas relações suscitam necessariamente uma resistência que possibilita a criação de espaços de luta e o agenciamento de transformação em toda parte. Nessas relações, o grande protagonista não é o domínio, mas a luta que é constante e multiforme: a cada momento se vai da rebelião a dominação, da dominação a rebelião, não há

posse do poder, há uma constante relação de forças; não somos aprisionados por ele, portanto, podemos sempre modificar sua dominação conforme a estratégia precisa.

Entendemos que o poder não é exclusivamente repressivo, uma vez que existem relações de poder que se tramam de baixo para cima, localizadas nos saberes sobre o indivíduo, seu corpo, seu comportamento e objetivam principalmente o comportamento sexual. No nível do discurso, a sexualidade não é aquilo que se reprime, mas uma forma de produção de saber através da verdade produzida pela ciência; a repressão se dá no nível da enunciação: nos diálogos entre os indivíduos nas mais diversas situações do cotidiano.

Entendemos, ainda, que a conduta sexual dos sujeitos sempre foi motivo de preocupação moral. As práticas de si conduzem os indivíduos a questionar sua conduta sexual, seu desejo e a maneira como encara seus prazeres a partir de códigos morais (regras e prescrições impostas pela família, escola, religião, etc.): o modo como um indivíduo reagirá à prescrição privilegiando um ou outro aspecto de sua substância ética. Assim, o indivíduo impõe sua marca à prescrição, elabora uma forma de relação consigo, se constitui sujeito de uma conduta moral – um sujeito ético.

Constatamos que interdição das propagandas está pautada na moral e na ética cristã. Na moral religiosa, essas práticas são associadas a condutas entendidas como imorais que levam o indivíduo a condição de pecador. Por fim, entendemos que a interdição a essas propagandas não diz respeito somente à preservação da ética, da moral, dos bons costumes, mas também faz parte de um processo de produção de modos de vivenciar, interpretar e definir a sexualidade; faz parte de estratégia de um poder prescritivo que visa a disciplina, a normatização e o controle dos corpos na sociedade com o intuito de manter a ordem do discurso nos constantes embates e na sempre resistência que faz parte das relações de força e de poder.

#### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. V.2. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BÍBLIA SAGRADA. *Genesis*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- FERREIRA, A. B. de H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos v.5).
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b, v.1.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007c, v.2.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. In.: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.